

# Conta investimento só favorece os grandes

*Texto aprovado na  
Câmara não proíbe a  
cobrança de tarifas,  
como queria o PFL*

SHEILA D'AMORIM

**B**RASÍLIA – Depois de sete horas de reunião dentro do governo e uma tarde inteira de disputa política entre parlamentares da base aliada e da oposição, a Câmara dos Deputados aprovou, ontem, a criação da conta investimento, instrumento que permite a movimentação de dinheiro entre aplicações financeiras sem a incidência de CPMF. Mas, para começar a valer em 1.º de agosto, como quer a equipe econômica, o assunto ainda precisará do aval do Senado. O texto aprovado não proíbe a cobrança de tarifas na nova conta investimento, como tentou incluir até a última hora o PFL.

Dependendo do valor da ta-

rifa que seja adotada e da política adotada por cada instituição financeira, o governo corre o risco de não atingir um dos principais objetivos do novo instrumento: garantir que qualquer aplicador, independente da quantia que ele tem disponível possa movimentar seus recursos sem que a CPMF reduza o ganho dele.

Da forma como estão as regras atuais, esse benefício fica restrito a grandes empresas e investidores de peso que podem arcar com o custo de manter um fundo de investimento exclusivo ou ainda têm isenção da tarifa como bônus concedido pelos bancos. O próprio Banco Central está analisando essa questão para ver se é preciso vetar a cobrança de tarifa.

No texto do relator do pro-

jeto, Roberto Magalhães (PTB-PE), aprovado em plenário por votação simbólica, foi incluído um parágrafo estabelecendo que, no caso de cobrança, a tarifa não poderá ser “superior às fixadas para as demais operações de mesma natureza, observadas as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional”.

A oposição se valeu da polêmica para tentar impedir a votação da matéria, ameaçando um acordo de líderes feito pela manhã para aprovar a maté-

ria e destrancar a pauta.

O governo incluiu, de última hora, um artigo que permite que as cooperativas de produção agropecuária e de consumo possam aderir antecipadamente ao regime de cobrança não cumulativo do PIS e da Cofins.

**M**EDIDA  
AINDA  
DEPENDE DO  
SENADO